

# RELATÓRIO DE GESTÃO FÍSICO/FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2021.

JOSÉ HENRIQUE HEBERLE, Prefeito Municipal de São Pedro do Butiá gestão 2021/2024, em cumprimento ao disposto no Artigo 113 da Resolução 544/2000 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, relata as atividades e cumprimento das metas de acordo com a sua proposta de trabalho para o período de 2021.

Na previsão da receita em relação à execução da mesma constatou-se que houve na Receita Corrente Tributária um déficit com relação ao previsto no montante de R\$ 484.168,47 ( quatrocentos e oitenta e quatro mil, cento e sessenta e oito reais com quarenta e sete centavos). A arrecadação com o IPTU foi bem expressiva, ou seja, foi arrecadado o montante de R\$ 398.957,42 ( trezentos e noventa e oito mil, novecentos e cinquenta e sete reais com quarenta e dois centavos) demonstrando a tentativa de aumentar a arrecadação própria do município.

Na Receita de Contribuição de melhoria houve um déficit em relação ao previsto de R\$ 20.128,84 (vinte mil, cento e vinte e oito reais com oitenta e quatro centavos).

Igualmente a <u>Receita Patrimonial (fora RPPS) teve déficit de R\$</u>

32.637,67 (trinta e dois mil, seiscentos e trinta e sete reais com sessenta e sete centavos) com relação a prevista.





A arrecadação do RPPS – Regime Próprio de Previdência Social, denominado de FAPS, teve um total de arrecadação de R\$ 3.559.158,24 (incluindo parte servidor mais parte patronal, acrescida do passivo atuarial, além dos rendimentos de aplicações financeiras). Lembrando que a despesa do FAPS no ano de 2021 foi de R\$ 2.272.158,19. Dessa forma podemos dizer que tivemos um resultado muito bom para o FAPS no ano de 2021.

Nas <u>Receitas de Serviços houve um déficit de R\$ 249.326,25</u> ( duzentos e quarenta e nove mil, trezentos e vinte e seis reais com vinte e cinco centavos) com relação ao previsto.

Nas <u>Transferências Correntes a diferença a maior da previsão</u> para a execução foi de R\$ 880.117,65 ( oitocentos e oitenta mil, cento e dezessete reais com sessenta e cinco centavos), gerando assim <u>aumento</u> da receita esperada. O repasse efetivo do <u>ICMS foi maior do que o previsto no valor de R\$ 192.297,88</u>. Também o repasse do <u>FPM foi maior do que o previsto no valor de R\$ 819.993,65</u>, e o <u>IPVA também foi a maior do que o esperado no valor de R\$ 128.532,04</u>.

Com a <u>aumento das receitas correntes</u>, houve uma tranquilidade por parte da administração, em gerenciar as receitas efetivamente repassadas e arrecadadas.

Nas <u>Transferências de Capital teve déficit de R\$ 748.940,22</u> (setecentos e quarenta e oito mil, novecentos e quarenta reais com vinte <u>e dois centavos</u>), portanto à previsão foi bem maior do que a execução, pois vários projetos encaminhados junto aos órgãos competentes, e que



eram previsíveis, foram adiados ou cancelados, e como conseqüência estes recursos não foram repassados gerando diminuição do valor previsto.

## QUANTO A REALIZAÇÃO DA DESPESA DO MUNICÍPIO

Quanto à execução da Despesa da Educação, foi gasto 23,16% (vinte e três vírgula quinze por cento) no Ano de 2021, portanto percentual <u>inferior</u> à determinação constitucional prevista no Artigo 212 da Carta Magna. Mas com as seguintes <u>justificativas</u>:

- a) Em razão do desequilíbrio fiscal ocasionada pela pandemia do Covid-19, com aulas no modelo de Ensino Remoto que ocorreram até o dia trinta de abril de dois mil e vinte e um. E do dia três de maio de dois mil e vinte e um até oito de novembro de dois mil e vinte e um as aulas ocorreram de forma híbrida e escalonada, e com isso houve uma redução nos gastos em transporte escolar, alimentação escolar, bem como demais despesas de custeio que vão desde água e luz até material de expediente e materiais de limpeza nas escolas;
- b) Aprovação da Lei Complementar nº 173/2020, sancionada pelo presidente da República em vinte e sete de maio de dois mil e vinte, que cria o Programa Federativo de enfrentamento ao Coronavírus, para prestar auxílio aos estados e municípios. No entanto, este auxílio financeiro do governo federal exigiu as contrapartidas, entre elas o congelamento dos vencimentos dos servidores públicos dos entes, incluindo os profissionais da educação até o final de dois mil e vinte e um.



- c) Aumento da arrecadação, acima do previsto na LOA, próprio de um período em que houve a elevação da inflação. E no Rio Grande do Sul houve algo atípico, que foi o incremento na receita no mês de julho/2021 devido a privatização da CEEE e por consequência a quitação pela CEEE de parte do passivo tributário de ICMS, incluindo a parcela destinada à formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica FUNDEB.
- d) PEC 013/2021, que autorizou um gasto inferior ao mínimo constitucional em função da pandemia, aprovada. Deixando claro que o município se compromete a realizar a complementação do que faltou a ser gasto no ano passado no ano de 2022.

O total dos gastos da Educação foi de R\$ 4.897.405,05 com a educação, porém deste valor R\$ 2.019.537,60 ( dois milhões, dezenove mil, quinhentos e trinta e sete reais com sessenta centavos ) foi perda com FUNDEB.

No tocante a execução da Despesa na área da Saúde, foi gasto 15,32 % (quinze vírgula trinta e dois por cento) no Ano de 2021, portanto acima da previsão mínima estipulada na Carta Magna. Em valores foi gasto R\$ 3.237.942,96 com a saúde.

## DA DESPESA COM PESSOAL

Com relação a gasto com pessoal o total da Despesa com pessoal foi de 43,53% (quarenta e três vírgula cinquenta e três por cento), sobre a Receita Corrente Líquida, em números a despesa com pessoal foi de R\$ 10.820.562,77 (dez milhões, oitocentos e vinte mil, quinhentos e sessenta e dois reais, com setenta e sete centavos).



A Receita Corrente Líquida foi de R\$ 24.858.359,54 (vinte e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, trezentos e cinquenta e nove reais com cinquenta e quatro centavos) demonstrando assim uma situação tranquila quanto a Lei de Responsabilidade Fiscal, visto que nenhum limite foi ultrapassado, seja de alerta, prudencial ou legal.

Foi realizado cálculo atuarial em 2021 que demonstrou uma boa situação do RPPS, sendo que o Regime Previdenciário – FAPS estava com disponibilidade financeira de R\$ 29.859.654,93 ( vinte e nove milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais com noventa e três centavos) em 31/12/2021, ficando as alíquotas mínimas necessárias, conforme prevê a Constituição Federal, ou seja, 14% parte servidor, 14 % parte patronal mais os 20,77 % pago pela prefeitura para cobertura do passivo atuarial(percentuais aplicados no ano de 2021). A arrecadação do RPPS no ano de 2021 foi de R\$ 3.559.158,24 ( incluído valores de rendimentos aplicações financeiras).

Os gastos do RPPS no ano de 2021 foram de R\$ 2.272.158,19 (
dois milhões, duzentos e setenta e dois mil, cento e cinquenta e oito
reais com dezenove centavos ).

# QUANTO A EXECUÇÃO DA DESPESA NO ÂMBITO GERAL

Analisando o período de janeiro a dezembro de 2021, constata-se que efetivamente houve um bom controle da despesa neste período, pois a Receita Realizada no exercício foi no valor de R\$ 27.253.824,55 (vinte e sete milhões, duzentos e cinquenta e três mil, oitocentos e vinte e quatro reais com cinquenta e cinco centavos) ao passo que a





Despesa Empenhada foi de R\$ 22.347.192,41 . O total da Despesa liquidada foi de R\$ 22.041.149,52.

A disponibilidade financeira em 31/12/2021 foi de R\$ 3.785.734,23 (três milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, setecentos e trinta e quatro reais com vinte e três centavos), (fora o FAPS) valor este mais que suficiente para pagamento de eventuais despesas empenhadas e liquidadas, porém não efetivamente pagas, ou seja, cumpriu-se na medida do possível a LRF.

Com estes dados percebe-se claramente a situação favorável das finanças do Município de São Pedro do Butiá, com relação ao ano de 2021. Apenas o percentual de gastos com a educação ficou um pouco abaixo do constitucional, mas amplamente justificado pela administração, no tópico pertinente.

Então mesmo <u>diante da Pandemia do Coronavírus – COVID 19,</u> a administração trabalhou no sentido de equilibrar os gastos.

## **CONCLUSÃO**

Ao encerrar a análise do cumprimento das metas fixadas através da legislação municipal, para o exercício de 2021, concluímos ter sido atingida em sua maior parte as propostas para este período, com o efetivo controle das despesas públicas, com êxito na adequação financeira do Município de São Pedro do Butiá trazendo a patamares ótimos se comparado a grande maioria dos municípios brasileiros,





principalmente porque deixamos as contas públicas em dia, inclusive com superávit financeiro para o ano de 2022.

Mesmo no segundo ano da Pandemia, que ainda gerou preocupação e insegurança à nível mundial, conseguimos contornar a maioria dos problemas causados por ela.

Esta administração pagou muitas despesas (tais como passivo atuarial) de exercícios passados.

As compras e gastos só foram efetuados no ano de 2021 de acordo com a previsão orçamentária, gerando equilíbrio orçamentário e financeiro. Com o excesso de arrecadação neste ano de 2021, gerou um superávit financeiro, que poderá ser utilizado no ano de 2022.

São Pedro do Butiá/RS, aos 15 de março de 2022.

JOSÉ HENRIQUE HEBERLE

Por debale

Prefeito Municipal - Gestão 2021/2024